

Qualidade de vida dos educadores sociais em abrigos de proteção a crianças e adolescentes

Cristiane Vinholi de Brito
José Carlos Souza

Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, Campo Grande – MS – Brasil

Resumo: Educadores sociais estão imersos em dinâmica peculiar diária nas relações com crianças e adolescente com direitos violados, o que pode ocasionar respostas positivas ou negativas do corpo e da psiquê. Nessa perspectiva, realizou-se delineamento de pesquisa que permitisse a identificação da percepção de “qualidade de vida” desses trabalhadores. Os objetivos foram avaliar a qualidade de vida de educadores sociais em abrigos de proteção de Campo Grande, MS. Foi realizado um estudo quantitativo de corte transversal, amostra n = 56. Aplicaram-se dois instrumentos: um questionário sociodemográfico e o questionário World Health Organization Quality of Life – 100 (Whoqol-100). A maioria dos profissionais eram mulheres (90,7%), com nível médio de escolaridade (49,1%). A análise dos domínios do Whoqol-100 demonstrou em escala crescente: físico (14,59), relações sociais (15,45), psicológico (15,56), nível de independência (17,13), espiritualidade (17,66) e meio ambiente (18,50). Os trabalhadores analisados percebem de boa a excelente sua qualidade de vida.

Palavras-chave: qualidade de vida; saúde do trabalhador; educadores sociais; abrigos de proteção; criança.

Introdução

Este artigo tem como objetivo discutir a percepção de qualidade de vida (QV) dos educadores sociais nos abrigos de proteção, e tal discussão será realizada por meio da análise de dois questionários, um sociodemográfico e o questionário World Health Organization Quality of Life – 100 (Whoqol-100). O estudo surgiu de questionamentos empiricamente formulados pela pesquisadora em analisar a QV dos educadores sociais.

Para Minayo, Hartz e Buss (2000, p. 5), QV é “uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial”. Pressupondo-se assim uma síntese dos parâmetros que uma sociedade considera como padrão de conforto e bem-estar (ASSUMPÇÃO JR. et al., 2000).

A medida de proteção denominada abrigo demanda a necessidade de moradia alternativa e provisória de crianças e adolescentes em situação de risco, e as instituições que oferecem essa modalidade de atendimento devem contar com um quadro de recursos humanos capaz de atender ao cotidiano dos abrigados, com especial atenção às peculiaridades da situação em que se encontram, buscando o máximo de organização da moradia coletiva, com mínimas interferências que possam descaracterizar um lar (MELLO; SILVA, 2004).

Há, no município de Campo Grande, 11 abrigos de proteção destinados a atender crianças e adolescentes de 0 a 17 anos. O atendimento destina-se a crianças e adolescentes: atendimento provisório/48 horas, abandonados, crianças com deficiência, crianças vivendo com síndrome da imunodeficiência adquirida (Aids), vítimas de abuso sexual, crianças pequenas de até 4 anos e adolescentes que permanecem nos abrigos até completarem 18 anos.

Os educadores sociais são responsáveis pelo cuidado cotidiano das crianças e dos adolescentes abrigados. Trata-se de pessoas que mais têm contato com os abrigados, por estarem em plantões e exercerem a função do cuidado direto. São peças fundamentais no atendimento e essenciais para as trocas de informações com a equipe técnica, buscando implementar a dinâmica do dia a dia e as situações que infiram sofrimento aos abrigados (PRADA; WILLIAMS; WEBER, 2007).

Há necessidade de visualizar a trajetória traçada e a evolução dos conceitos e políticas de atendimento que permeiam o trabalho desses profissionais, a fim de dar adequada relevância às dificuldades, às nuances e aos avanços desses trabalhadores ao longo dos anos.

Até 1900, o atendimento às necessidades sociais da população brasileira era de responsabilidade da Igreja, que o fazia principalmente por meio das Santas Casas de Misericórdia. Não havia nenhuma atuação do Estado nesse sentido (VANGRELINO, 2004). A primeira instituição de assistência do Estado especializada no atendimento de crianças e adolescentes que se tem notícia data de 1922, na cidade do Rio de Janeiro, com a publicação do Código de Menores em 1927 (MELLO; SILVA, 2004).

Na Era Vargas, a assistência à população brasileira passa por uma grande mudança com a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), que tinha o objetivo de ajudar as famílias dos soldados enviados para a Segunda Guerra Mundial e, ao final desta, transformou-se em órgão de assistência geral a famílias. Já nas décadas de 1960 e 1970, foram criadas no Brasil as instituições de cuidados com a minoridade, prática embasada na Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM) e adotada pela Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (Funabem) e Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem), instituições de caráter puramente assistencialista (MELLO; SILVA, 2004).

Com a promulgação da Constituição brasileira em 1988 e a maciça mobilização de grupos em defesa de um novo olhar ao direito das crianças e dos adolescentes, com base nos artigos nº 227 e 228 dessa lei, introduz-se, na lei brasileira, o conceito de seguridade social, agrupando as políticas de assistência, previdência social e saúde. Em 1990, é publicado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considerado um avanço na tutela dos direitos dessa população, acolhendo a doutrina da proteção integral (MELLO; SILVA, 2004).

Nesse sentido, a construção do papel do educador social em abrigos de proteção aparece em vários momentos distintos. Numa primeira instância, cabe a esse educador trabalhar em instituições assistenciais, com o propósito de educar e reeducar as crianças em perigo e aquelas consideradas perigosas. O trabalho é permeado pela educação vigiada e repressiva. O segundo momento refere-se aos militantes de movimentos sociais – defensores das crianças e dos adolescentes – que passam a questionar, no início do anos

1980, as práticas ineficazes de instituições como a Funabem e Febem. No Brasil, esse momento histórico-político caracteriza-se pela ampliação dos direitos sociais e pela redemocratização. Personagens dessa empreitada contribuíram maciçamente para a construção do ECA em 1990 (VANGRELINO, 2004). Por último, a iniciativa do Estado passa a contribuir na formação do profissional educador social, que busca firmar compromisso com as crianças e os adolescentes. Em 1986, foi criada a Secretaria do Menor, baseada em uma política libertadora, que visava à formação da cidadania e do respeito aos direitos individuais, numa educação com liberdade e sem assistencialismo e repressão (FERRAREZI, 1995 apud VANGRELINO, 2004).

Para Vangrelino (2004), o educador social construiu sua identidade profissional por meio desse fio tênue, entre a precariedade das políticas públicas e dos movimentos sociais em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. A formação dessa identidade está intimamente ligada à área de assistência à infância e adolescência em situação de vulnerabilidade e às classes mais pobres. Com base em Vangrelino (2004) e em sintonia com o objeto da pesquisa, ficam claras a necessidade do entrecorte científico do perfil do educador social e a análise da percepção de sua qualidade de vida.

Método

O método foi quantitativo e de corte transversal, por meio da aplicação do questionário Whoqol-100.

Desenvolveu-se um estudo com os trabalhadores de abrigos de proteção de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, por adesão voluntária à pesquisa, no período de 26 de maio a 9 de junho de 2008. Houve a homologação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica Dom Bosco, protocolada sob o número 003/2008.

Com base na relação fornecida pelo Núcleo de Orientação e Fiscalização de Entidades (Nofe) da 1ª Vara de Infância e Juventude da comarca de Campo Grande, hoje existem 11 abrigos na capital, com médias de dois a dez funcionários em cada um.

Foram convidados todos os funcionários dos abrigos da capital, porém a amostra deste trabalho foi composta por apenas nove abrigos, pois dois destes no processo de permissão da pesquisa para aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa recusaram-se a participar do estudo. Como uma instituição tem o esquema de plantonistas, sendo o total três funcionários, e o outro é caracterizado por pais sociais, função regulamentada pela Lei n.º 7644 de 1987 que considera pais sociais aqueles que, dedicando-se à assistência ao menor abandonado, exerçam o encargo em nível social, dentro do sistema de casas-lares, viu-se que a não participação não interferiria no resultado geral da pesquisa.

A amostra deste trabalho foi composta de 56 participantes. Incluíram-se os trabalhadores que possuíam vínculo empregatício nos abrigos de proteção devidamente registrados no Nofe e na 1ª Vara de Infância e Juventude.

Utilizou-se, na pesquisa, um questionário sociodemográfico com as seguintes variáveis: idade, sexo, escolaridade, renda mensal, tipo de morada, carga horário de trabalho na instituição, emprego em contraperíodo ao trabalhado na instituição e a carga horária, tempo de serviço na instituição, licenças médicas, motivo das licenças e o período de afas-

tamento, doença crônica, relacionamento com colegas e conhecidos, episódios de agressividade, ansiedade e depressão (choro sem motivo), consulta com psiquiatra.

O instrumento Whoqol-100 consiste em cem perguntas referentes a seis domínios: físico, psicológico, nível de independência, relações sociais, meio ambiente e espiritualidade. As respostas para as questões do Whoqol-100 são dadas em uma escala do tipo Likert (FLECK, 2008).

A coleta de dados foi feita em grupos pequenos para não atrapalhar o ambiente e a dinâmica dos trabalhos nos abrigos. Os instrumentos foram autoaplicáveis, no próprio ambiente de trabalho.

Utilizaram-se métodos de estatística descritiva, aritméticos e gráficos, e as relações entre as variáveis independentes e dependentes foram avaliadas pela correlação simples de Spearman, no caso das variáveis independentes quantitativas (idade em anos, renda mensal em reais, carga horária semanal na instituição em horas, carga horária semanal em outro trabalho em horas, tempo de serviço na instituição em meses e tempo de licença em dias).

No caso de variáveis independentes de atributo ou categóricas, utilizaram-se os métodos não paramétricos de Mann-Whitney, para duas classes ou categorias, ou de Kruskal-Wallis, para três ou mais classes ou categorias. As variáveis independentes de atributo ou categóricas foram: sexo, escolaridade, tipo de moradia, outro trabalho além da instituição, doença crônica, relacionamento com os colegas, episódios de agressividade, episódios de raiva ou ressentimento, choro sem motivo, ansiedade, vontade de machucar os outros e consulta ao psiquiatra. As variáveis dependentes, todas de natureza quantitativa, correspondem aos escores finais que definem cada domínio do instrumento Whoqol-100 utilizado e que são: físico, psicológico, nível de independência, relações sociais, meio ambiente e espiritualidade.

Como somente dois dos domínios (físico e meio ambiente) têm seu valor com distribuição aproximadamente normal, a escolha dos métodos estatísticos de comparação desses valores em relação às classes ou categorias das variáveis independentes, quando de atributo ou categóricas, e a correlação simples com aquelas igualmente quantitativas recaíram sobre métodos não paramétricos, mais precisos nessas circunstâncias.

O nível de significância adotado em todos os casos, com interpretação bicaudal, foi de 5% ($p < 0,05$).

Resultados

A amostra estudada indica que 90,7% da população é constituída por mulheres e 9,3% por homens ($n = 54$), com a idade variando de 21 a 66 anos (média de 39,79 anos; $dp = 11,75$). A escolaridade de 28,3% é equivalente ao primeiro grau e 49,1% ao segundo grau, enquanto nível superior e pós-graduação respondem, respectivamente, por 13,2% e 9,4%.

A carga horária semanal de trabalho na instituição variou de 6 a 96 horas (média de 50,12 horas; $dp = 22,57$ horas); a carga horária semanal em outro trabalho variou de 5 a 48 horas (média de 30,57 horas; $dp = 17,70$ horas). O tempo de serviço na instituição, em meses, variou de 5 a 288 (pouco menos de meio ano a 24 anos (média de 41,47 meses; $dp = 44,10$ meses).

Um contingente de 18,2% necessitou de licença nos últimos dois anos, contra 81,8% que não necessitaram, correspondente a 10 casos, um deles devido à maternidade e outro para acompanhar a mãe; os restantes diretamente decorrentes de problemas de saúde, hipertensão arterial e depressão, incluindo cirurgia em três casos (cesariana, ortopédica e colecistectomia). O tempo de licença, em dias, foi do mínimo de 1 ao máximo de 365 (um ano), com média de 64,20 dias (dp = 111,71 dias). Doença crônica e hipertensão arterial foram relatadas, respectivamente, por 7,4% e 92,6%, sem acometimento mórbido crônico. Um sujeito (1,8%) declarou relacionar-se razoavelmente com seus colegas; os demais afirmaram que se relacionam bem ou muito bem (33,9% e 64,3%, respectivamente); 10,9% relataram episódio de agressividade, contra 89,1% que negaram tal ocorrência.

Considerando outras variáveis afetas ao comportamento, raiva e ressentimento nunca afetaram 23,6%, muito raramente 32,7%, raramente outros 36,4% e frequentemente/muito frequentemente 7,3%; chorar sem motivo nunca ocorreu a 41,1%, muito raramente a 42,9%, raramente a 14,3% e frequentemente a 1,8%; episódios de ansiedade nunca acometeram 14,3%, muito raramente 28,6%, raramente 35,7%, frequentemente 16,1% e muito frequentemente 5,4%; vontade de machucar outras pessoas nunca ocorreu a 89,3% mas muito raramente/raramente a 10,7%; e ninguém jamais sentiu vontade de se machucar (Tabela 1).

Tabela 1. Distribuição numérica e percentual das variáveis dependentes relacionadas ao comportamento

FREQUÊNCIA	Comportamento enraivecido e ressentido		Choro sem motivo		Ansiedade		Vontade de machucar os outros	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Nunca	13	23,6	23	41,1	8	14,3	50	89,3
Muito raramente	18	32,7	24	42,9	16	28,6	6	10,7
Raramente	20	36,4	8	14,3	20	35,7	0	0
Frequentemente/muito frequentemente	4	7,3	1	1,8	12	21,5	0	0
TOTAL	55	100	56	100	56	100	56	0

Finalmente, visita ao psiquiatra foi relatada por 10,7% contra 89,3% que a negaram, sendo o percentual dos que acorreram ao psiquiatra composto por ansiedade (1,8%), depressão (5,4%), fibromialgia (1,8%) e estresse (1,8%).

A QV geral dos trabalhadores de abrigos de proteção foi analisada como de boa a excelente em virtude das médias resultantes nos domínios. O Gráfico 1 demonstra que não há a presença de nenhum domínio na faixa de avaliação ruim ou regular. O gráfico é demonstrado por ordem de aparição no referido questionário.

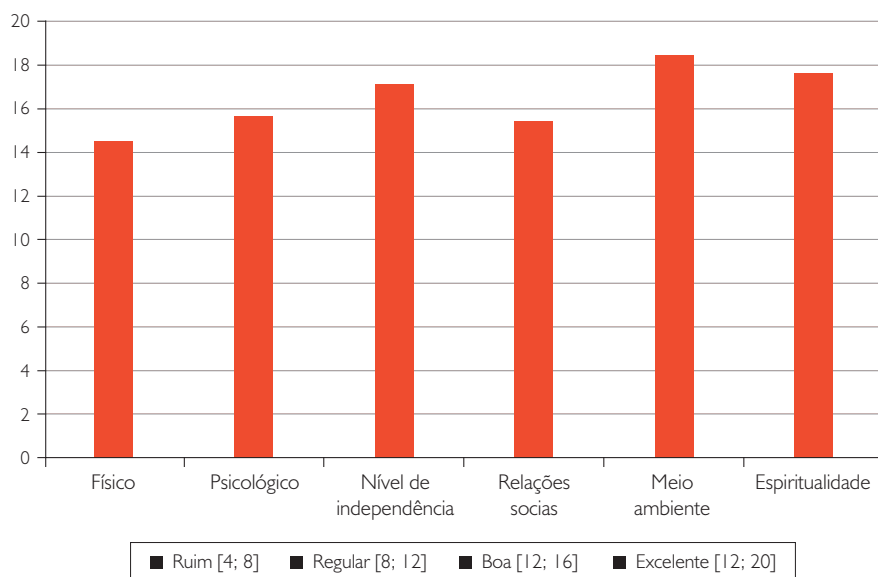


Gráfico 1. Médias dos domínios do Whoqol-100.

Discussão de resultados

A análise dos dados sociodemográficos corrobora em parte a literatura mundial: a maioria era do sexo feminino (KLUTHCOVSKY, 2005; OLER et al., 2005; MININEL, 2006). A predominância de mulheres na formação da equipe dos educadores sociais de Campo Grande apoia-se no perfil da função e nas questões de gênero, que revelam a intuição de cuidar do outro, de exercitar a maternagem e os cuidados domésticos. Esse aspecto é muito discutido por Mello e Silva (2004), Vangrelino (2004) e Tronto (1997) em razão das origens de tais características femininas, vistas como relações de domínio e opressão do sexo masculino sobre o feminino.

A idade dos educadores sociais pesquisados varia de 21 a 66 anos, aspecto de grande influência na QV desses profissionais, por ser um fator determinante em muitos casos de comportamentos que denotam maior/menor capacidade de enfrentamento de situações estressoras, como a dinâmica de conflituosidade. Como dados descritos anteriormente por Blegen (1993), a idade média de 39,79 anos dos educadores sociais de abrigos em Campo Grande tende a proporcionar ao ambiente organizacional um indivíduo estável dentro do grupo de relacionamento, podendo apontar bom nível de satisfação no trabalho, pois, de acordo com a pesquisa do referido autor, os profissionais mais jovens, abaixo dos 30 anos, tendem a apresentar mais problemas com o excesso de trabalho do que os que apresentam faixas etárias maiores, podendo pender para instabilidade profissional e de carreira.

Em relação ao nível de escolaridade, o presente estudo verificou o predomínio do nível médio. De acordo com Vangrelino (2004), um ponto muito importante na qualidade do atendimento às crianças e aos adolescentes não se refere à formação acadêmica, pois

nenhum nível de ensino prepara esses educadores para o tipo de prática e postura educacional que se exige para essa medida de proteção. Por sua vez, Bazon e Biasoli-Alves (2000) afirmam que o nível de formação dos trabalhadores que atuam com essa clientela é determinante na qualidade do atendimento.

A correlação da idade média com o nível de escolaridade apresenta para o panorama de atendimento em abrigos em Campo Grande uma característica bastante positiva, pois funcionários com idade média de 39,79 anos ao lado do predomínio de pessoas com nível médio de escolaridade podem predispor profissionais com maior nível de maturidade e ponderação quanto à sua prática profissional, podendo esses dois aspectos estarem intimamente relacionados à qualidade no atendimento nas instituições, bem como à qualidade de vida no cotidiano desses profissionais.

A carga horária semanal variou de 6 a 96 horas por semana, com média de 50,12 horas/semanais de trabalho. Tal discrepância se dá pela caracterização particular de cada um dos abrigos pesquisados em relação aos objetivos, ao atendimento e aos recursos humanos. Os abrigos de proteção são residências temporárias para crianças e adolescentes, por isso existe a necessidade de haver escalas de plantões, que podem variar de acordo com a característica da instituição e o número de funcionários.

Na experiência prática nesses abrigos, hipotetizou-se a possibilidade de que esses fatores promoveriam desgaste físico e emocional, entretanto esse dado foi descartado com o resultado da presente pesquisa, que demonstrou que os educadores sociais têm percepção positiva de sua qualidade de vida.

O meio ambiente produzido pelas peculiaridades do atendimento em abrigos pode ser visto como gerador de sobrecarga física e mental, pois mobiliza estruturas internas dos profissionais no enfrentamento e manejo das situações advindas da diversidade das circunstâncias de risco de cada abrigo. Então, tal resultado deve ser visto com olhar abrangente no contexto em que o educador social está inserido, podendo esse domínio estar sendo influenciado pela forma como tal profissional vê a relevância de seu trabalho na vida de cada criança ou adolescente atendido.

Neste estudo, o domínio espiritualidade se relacionou significativamente apenas com a variável carga horária semanal de trabalho na instituição. Segundo Amendola et al. (2003), a espiritualidade contribui de maneira positiva para a QV no domínio psicológico. Em relação aos educadores sociais, reportamo-nos a Mello e Silva (2004) que descrevem que, na Região Centro-Oeste, 41,5% dos dirigentes de abrigo elegeram como motivação para o trabalho em instituições de proteção a questão religiosa, seguida por outro aspecto inerente à espiritualidade, a motivação humanitária. Caro (2003) complementa que a função do educador chega a justificar a superação de determinadas dificuldades de sua função pelo aspecto religioso, como se estivesse exercendo uma obrigação cristã.

O domínio nível de independência se relacionou significativamente com o tipo de moradia (casa própria), o que é provado pela ênfase que as questões do domínio abordam, como a vida cotidiana e a mobilidade para ir e vir de que a pessoa precisa.

Rosa e Pilatti (2007) afirmam que, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) diz que o indivíduo necessita de um ambiente saudável e de atenção para com suas necessidades básicas, para desenvolver suas atividades da vida diária, então também a institui-

ção em que essas pessoas trabalham deve perseguir esses requisitos por meio da melhoria do seu ambiente organizacional, proporcionando assim ao trabalhador um *feedback* positivo com o propósito de reconhecer o trabalho. Com base nessas informações da OMS, podemos afirmar que, em relação ao nível de independência, os educadores sociais de abrigos de proteção de Campo Grande apresentam bom nível atrelado a questões de atividades cotidianas, como tipo de moradia, não ter passado por atendimento psiquiátrico e ter bom relacionamento interpessoal.

Nesta pesquisa, a média do domínio psicológico foi de 15,56, considerada boa. Houve relação desse domínio com o sexo (masculino), choro sem motivo e episódios de ansiedade, demonstrando também bom nível de saúde mental no trabalho. O gênero feminino aparece na pesquisa se relacionando negativamente com os domínios e as variáveis socio-demográficas. Esse aspecto é explicado por Barrientos e Suazo (2007) através das exigências do trabalho, o que, na mulher, poderia supor carência de atenção para as responsabilidades familiares com repercussões para a vida privada da enfermeira. De acordo com Barrientos e Suazo (2007), essa carência pode refletir-se em sentimentos de culpa, que são avaliados no domínio psicológico do Whoqol-100.

Como a maioria dos participantes desta pesquisa é mulher, e os fatos até agora discutidos sobre gênero e cuidados, ambiente de trabalho, relacionamento com colegas, motivação para o trabalho (religiosa e humanitária) inferem a esta pesquisa conotação positiva dos resultados em relação ao atendimento nos abrigos e à saúde mental das educadoras, estas, por mais que tenham dupla jornada de trabalho, no serviço e em casa, e que ambas as jornadas sejam caracterizadas pelo cuidar, conseguem responder positivamente ao trabalho que desempenham.

O domínio relações sociais correlaciona-se com as variáveis tipo de moradia, doença crônica, relacionamento com os colegas e consulta psiquiátrica, o que pode denotar que quem está seguro em relação à moradia não apresenta nenhuma interferência em virtude de prejuízo na saúde mental e física, e consegue desempenhar melhor troca interpessoal.

Conforme as teorias da satisfação profissional, aspectos como facilidade de relacionamento com colegas e chefia, valoração do trabalho desenvolvido e apoio por parte da organização têm como resultado uma boa QV. Esses dados coincidem com os até aqui analisados sobre os educadores sociais, que conseguem perceber a QV geral de forma boa a excelente, apresentando bons resultados nos domínios que interferem intimamente no trabalho nos abrigos e nos domínios psicológico, relações sociais, físico e meio ambiente.

De acordo com Barrientos e Suazo (2007) e Schmidt (2004), o sistema de trabalho em turnos ou plantões, principalmente noturno, aos fins de semana e feriados, faz com que seja muitas vezes incompatível a possibilidade de compartilhar momentos de diversão com seus grupos de amigos, que representam suas redes de apoio. Como tal aspecto não interferiu nos participantes desta pesquisa quando da descrição do tempo médio de plantão e das influências no biorritmo dos trabalhadores, em relação a domínio relações sociais, este também configura dado positivo, vinculado às motivações pessoais e à natureza do trabalho, sempre permeado pelas inter-relações pessoais.

Detecta-se que o domínio físico apresenta-se bom, relacionando-se positivamente com o sexo (masculino), relacionamento com colegas (os que se relacionam muito bem),

episódios de agressividade (que não tiveram episódios de agressividade), choro sem motivo (que nunca choram sem motivo) e ansiedade (que nunca apresentaram episódios ansiosos). Oliveira (2006) revela que o domínio físico está correlacionado com o sexo. O masculino apresenta médias significativamente superiores à média feminina, o que ratifica os resultados dos trabalhadores em abrigos de proteção, demonstrando melhor resposta do sexo masculino ao domínio físico. O perfil do profissional analisado, o educador social, em parte concorda com a prática do cuidar e das escalas de plantão dos enfermeiros, mas a presente pesquisa revelou que, mesmo em sua grande maioria trabalhando em escalas de plantão de 24 horas de trabalho por 72 de descanso, esses educadores conseguem demonstrar bons níveis de energia, não denotando desgaste físico nem emocional. Essa situação pode ser entendida pelo tempo de contato familiar e social que as escalas de plantão proporcionam ao educador, já que a cada dia trabalhado dá direito a dois dias de convívio familiar.

Conclusão

A experiência de abrigo e o seu significado fazem com que o abrigado o veja como um lugar de transformação, segurança e orientação, e essas necessidades sempre estarão a cargo de quem cuida desse ambiente, os educadores sociais. Esses profissionais tentam suprir suas necessidades, inclusive maternas, porém sem muitas vezes alcançá-las. O educador (cuidador) social é o personagem de ligação entre o ator principal, que é o abrigado, e as medidas de proteção, que visam ao melhor bem-estar para crianças e adolescentes, tirando-os de situações de risco e violação de direitos. É nesse ambiente que as instituições de proteção e os trabalhadores devem se preocupar com os níveis de QV, pois um profissional que relata boa percepção de sua QV indica satisfação profissional, melhorando o resultado do atendimento nos abrigos.

Os educadores sociais dos abrigos de proteção que participaram do estudo afirmaram que a qualidade de vida varia de boa a excelente, o que é comprovado pelas médias dos domínios do Whoqol-100 que demonstram, em escala decrescente, os seguintes domínios: meio ambiente, espiritualidade e nível de independência – pontuados como excelente – e psicológico, relações sociais e físico – pontuados como bom.

Havia a hipótese inicial, levantada pela prática diária da pesquisadora em abrigos e pela dinâmica percebida por esses funcionários, de que os trabalhadores em abrigos de proteção tivessem um comprometimento em sua QV. Conclui-se ao final que, apesar da sobrecarga emocional e física, e da atuação em escalas de plantões, esses trabalhadores perceberam sua QV com médias boas a excelentes, contrapondo assim a hipótese inicial da pesquisa.

Os resultados deste estudo são relevantes para os órgãos diretamente ligados à defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, no desenvolvimento de ações afirmativas que melhorem a prática profissional e se destinem às reais necessidades de atendimento, evidenciando a demanda para realização de novos estudos, a fim de corroborar os resultados obtidos por esta pesquisa.

SOCIAL EDUCATORS QUALITY OF LIFE IN PROTECTED SHELTERS TO CHILDREN AND ADOLESCENTS

Abstract: Social Educators are immersed in a daily dynamics of the conflict and taking of decisions with children and adolescents who violated rights. These aspects can cause different responses, positive or negative in the human body and his psyche. In this contexts was delineation a research was realized which allowed the identification of the perception of “Quality of Life” of these workers. The objectives were to evaluate the general Quality of Life of the social educators of protection shelters from Campo Grande – MS. It conducted a quantitative study of cross-sectional cut one was performed with samples of 56 subjects. The techniques of data collect were: sociodemographic questionnaires and the World Health Organization Quality of Life – 100 (Whoqol-100). The majority of the participants were female (90.7%), with highschool level (49.1%). The analysis of the domains of Whoqol-100 demonstrated in a growing scale the following average: physical domain (14.59), social relations (15.45), psychological domain (15.56), independence level (17.13), spirituality (17.66) and environment (18.50). The analized participants presented between good to excellent perception of their qualities of life.

Keywords: quality of life; worker health; social educator; protection shelters; child.

CALIDAD DE VIDA DE LOS EDUCADORES SOCIALES DE ABRIGOS DE PROTECCIÓN PARA NIÑOS Y ADOLESCENTES

Resumen: Educadores sociales están inmersos en la dinámica social peculiar relación diaria con los niños y adolescentes los derechos violados. Puede causar una respuesta positiva o negativa del cuerpo y la psique. Esta perspectiva se llevó a cabo el diseño de investigación para identificar la percepción de “calidad de vida” de estos trabajadores. El objetivo del estudio fue evaluar la calidad de vida de los educadores en los refugios para la protección de Campo Grande – MS. El estudio fue cuantitativo de corte transversal con una muestra de 56 educadores sociales. Los instrumentos utilizados fueron: un cuestionario sociodemográfico y el cuestionario de Calidad de Vida de la Organización Mundial de la Salud – 100 (Whoqol-100). La mayoría de los profesionales son mujeres (90,7%), el nivel promedio de escolaridad (49,1%). El análisis de los dominios del Whoqol-100 en una escala ascendente mostró los siguientes resultados: dominios físico (14,59), relaciones sociales (15.45), psicológico (15.56), nivel de la independencia (17.13), espiritualidad (17.66) y medio ambiente (18.50). En los trabajadores estudiados se percibe buena a excelente calidad de vida.

Palabras clave: calidad de vida; trabajadores de la salud; educadores sociales; refugios de protección; niño.

Referências

AMENDOLA, F. et al. Caracterização do perfil e da qualidade de vida de cuidadores de pacientes atendidos pelo Programa de Assistência Domiciliária do Hospital Universitário da USP (PAD-HU/USP). In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 11., 2003, São Paulo. **Resumos...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. p. 115.

ASSUMPÇÃO JR., F. B. et al. Escala de avaliação de qualidade de vida (AUQEI – Autoquestionnaire Qualité de Vie Enfant Imagé): validade e confiabilidade de uma escala para qualidade de vida de crianças de 4 a 12 anos. **Arquivo Neuropsiquiatria**, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 119-127, mar. 2000.

BARRIENTOS, L. A.; SUAZO, S. V. Fatores associados à qualidade de vida de enfermeiras hospitalares chilenas. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 15, n. 3, p. 480-486, 2007.

BAZON, M. R.; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. A transformação de monitores em educadores: uma questão de desenvolvimento. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 199-204, 2000.

BLEGEN, M. A. Nurses's job satisfaction: a meta-analysis of related variables. **Nursing Research**, North Carolina, v. 42, n. 1, p. 36-41, Jan./Feb. 1993.

CARO, S. M. P. **Educador social**: proposta de formação e descrição do perfil psicológico. 2003. Tese (Doutorado em Psicologia)–Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2003.

FLECK, M. P. A. Problemas conceituais em qualidade de vida. In: _____. (Org.). **A avaliação de qualidade de vida**: guia para profissionais da saúde. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 19-27.

KLUTHCOVSKY, A. C. G. C. **Qualidade de vida dos agentes comunitários de saúde de um município do interior do Paraná**. 2005. Dissertação (Mestrado de Enfermagem em Saúde Pública)–Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005.

MELLO, S. G.; SILVA, E. R. A. Quem cuida? O quadro de recursos humanos nos abrigos. In: SILVA, E. R. A. (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: Ipea; Conanda, 2004. p. 99-132.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 7-18, jan./mar. 2000.

MININEL, V. A. **Promoção da qualidade de vida dos trabalhadores de enfermagem**: responsabilidade gerencial do enfermeiro. 2006. 195 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem)–Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

OLER, F. G. et al. Qualidade de vida da equipe de enfermagem do centro cirúrgico. **Arquivos de Ciências da Saúde**, v. 12, n. 2, p. 102-107, abr./jun. 2005.

OLIVEIRA, J. A. C. **Qualidade de vida e desempenho acadêmico de graduandos**. 2006. Tese (Doutorado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

PRADA, C.; WILLIAMS, L.; WEBER, L. Abrigos para crianças vítimas de violência doméstica: funcionamento relatado pelas crianças e pelos dirigentes. **Psicologia: teoria e prática**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 14-25, jul./dez. 2007.

ROSA, M. A. S.; PILATTI, L. A. Qualidade de vida no trabalho: análise do caso de colaboradores de uma empresa do ramo de metalurgia de Ponta Grossa-PR. **Revista Digital**, Buenos Aires, v. 12, n. 108, maio 2007. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd108/qualidade-de-vida-no-trabalho.htm>>. Acesso em: 27 jul. 2007.

SCHMIDT, D. R. C. **Qualidade de vida e qualidade de vida no trabalho de profissionais de enfermagem atuantes em unidades do bloco cirúrgico**. 2004. Dissertação (Mestrado em Enfermagem)–Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2004.

TRONTO, J. C. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: JAGGAR, A. M.; BORDO, S. R. (Ed.). **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997. p. 186-203.

VANGRELINO, A. C. S. **Processo de formação de educadores sociais na área de infância e juventude**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

Contato

Cristiane Vinholi de Brito

e-mail: crisvinholi@yahoo.com.br

Tramitação

Recebido em novembro de 2009

Aceito em março de 2011